

---

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

---

**JULIA BARBIERI RUFINO**

**PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:** como o tema vem sendo tratado em publicações de periódicos que estão no Scielo



Rio Claro  
2015

JULIA BARBIERI RUFINO

**PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:** como o tema vem sendo tratado em publicações de periódicos que estão no Scielo

Orientador: Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Rio Claro  
2015

379.81 Rufino, Julia Barbieri  
R926p Privatização da educação no Brasil: como o tema vem  
sendo tratado em publicações de periódicos que estão no  
Scielo / Julia Barbieri Rufino. - Rio Claro, 2015  
35 f. : il., quadros

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de  
Rio Claro  
Orientador: Raquel Fontes Borghi

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Parceria público privada.  
3. Privatização do ensino básico. I. Título

Dedico este Trabalho a minha Mãe Joana,  
que é pra mim, sinônimo de amor, carinho e  
dedicação sem limites.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Borghi pela aprendizagem, pela paciência, pela constante simpatia e prontidão em me orientar independentemente de horário ou dia.

Quero agradecer ao meu pai Claudio e a minha mãe Joana pelo esforço, pelo exemplo, pelo apoio e amor incondicional que sempre dedicaram a mim a vida toda sem os quais eu não teria chegado até aqui. Agradeço a minha irmã Renata e ao meu cunhado Eduardo por sempre estarem ao meu lado me dando “puxões” de orelha quando necessário, pelas caronas, pela ajuda e por se preocuparem tanto comigo.

Quero agradecer ao meu namorado Thiago, por ser meu porto seguro, pela paciência de sempre me ouvir, por me incentivar e carinhosamente nunca me deixar desistir. Agradeço também a todas as minhas amigas da universidade, da escola e da vida e a demais pessoas que de alguma forma contribuíram para minha formação.

Agradeço, de coração, ao Tio Paulo e toda equipe Bem Te Vi por todos esses anos de companheirismo e de infinitas experiências. Por toda minha vida me lembrarei do tempo que passei nessa escola, local que me viu crescer como pessoa e como profissional e que eu considero não como um trabalho, mas como a extensão do meu lar. Agradeço especialmente as crianças, todas que eu conheci e convivi, porque me ensinaram o valor da minha profissão.

## RESUMO

A Educação é um direito básico de todo cidadão garantido pela Constituição Federal de 1988, a fim de que todos sejam capazes de exercer seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Porém no Brasil, esse direito ainda não se efetivou em toda sua concretude e estratégias atuais de privatização vêm trazendo alteração para o direito à educação. Pesquisas recentes do GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional) identificam diferentes modalidades de privatização da educação básica, com destaque para a privatização da oferta, da gestão e da organização do trabalho pedagógico por meio da adoção de sistemas de ensino privados. Esse trabalho teve por objetivo identificar e discutir como a temática da privatização da educação no Brasil vem sendo tratada atualmente em artigos de periódicos que constam da base de dados Scielo – Scientific Electronic Library Online. A Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e para a mesma foram utilizados os descritores privatização + educação.

**Palavras-chave:** Educação. Parceria público privado. Privatização

## **ABSTRACT**

Education is a basic right of every citizen guaranteed by the Federal Constitution of 1988, so that everyone is able to exercise their civil, political, economic and social. But in Brazil, this right has not yet been effected in all its concreteness and current privatization strategy have brought change to the right to education. Recent research from GREPPE (Group of Studies and Research in Educational Policy) identify different modalities of privatization of basic education, with emphasis on the privatization of supply, management and organization of the pedagogical work through the adoption of private educational systems. This study aimed to identify and discuss how the issue of privatization of education in Brazil is currently being treated in journal articles contained in the database SciELO - Scientific Electronic Library Online. SciELO is an electronic library covering a selected collection of Brazilian scientific journals. The research is qualitative and the same descriptors privatization were used + education.

Keywords: Education. Private public partnership. Privatization

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Periódicos estudados e seus respectivos autores .....	17
Quadro 2 – Título dos periódicos e relação do Qualis .....	18
Quadro 3 – Ano de publicação .....	18
Quadro 4 – Metodologia dos artigos encontrados .....	20
Quadro 5 – Temática dos artigos.....	20
Quadro 6 – Objetivo dos artigos .....	21

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
OBJETIVOS .....	11
Objetivo geral .....	11
Objetivos específicos.....	11
1.3 METODOLOGIA .....	11
2- PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL .....	23
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

## INTRODUÇÃO

Consta no Art 205 da Constituição Federal de 1988 que todo cidadão tem direito a uma educação pública de qualidade, porém é sabido que por muitas vezes isso não ocorre pelos mais diversos fatores como a carência de estrutura; a falta de investimento; bem como ausência de profissionais qualificados.

Nos anos 90 pensando em uma melhor redistribuição de recursos para a educação foi criado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), instituído pela Emenda Constitucional n.14 de Setembro de 1996 e regulamentada pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, de acordo com o site oficial do MEC, (BRASIL, 2015). O FUNDEF passou a vigorar então a partir de 1 de janeiro de 1998 e previa a disponibilização de um valor per capita para as diferentes instâncias de governo, a depender do número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Foi um Fundo de natureza contábil basicamente de redistribuição de recursos, conforme aponta Davis (2006):

Inspirado na orientação dos organismos internacionais de priorização do ensino fundamental, o FUNDEF, apesar de prometer desenvolver o ensino fundamental e valorizar o magistério, praticamente não trouxe recursos novos para o sistema educacional brasileiro como um todo, pois apenas redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados à MDE antes da criação do Fundo, com base no número de matrículas no ensino fundamental regular das redes de ensino estadual e municipal (DAVIS, 2006, p. 756).

Segundo Militão 2012 o FUNDEF pode ser responsabilizado pelo processo de municipalização do ensino fundamental ocorrido no final dos anos 1990, bem como pela precarização da Educação Infantil, já que colocou o Ensino Fundamental como prioridade frente às demais faixas etárias da Educação Básica e do Ensino Superior. Além do mais muitos municípios não foram capazes de suprir a necessidade de vagas bem como não tiveram estrutura para receber o aumento da demanda de alunos.

A implantação do processo de descentralização na área educacional nem sempre tem considerado a análise dos limites e possibilidades dos Estados e Municípios. A decisão sobre qual desses níveis governamentais se encontra mais apto a assumir determinadas atribuições deveria levar em consideração, portanto, diferentes

variáveis (administrativas, culturais, demográficas, etc.) que os habilitariam ou não a assumir determinados serviços públicos (SOUZA; FARIA, 2004, p.931).

Para Adrião e Borghi (2008), com esse processo de municipalização alguns municípios do estado de São Paulo, passaram a adotar parcerias com o setor privado, caracterizando assim estratégias de privatização da educação básica em diversos âmbitos.

O presente trabalho pretende identificar e discutir como a temática da privatização da educação vem sendo tratada em artigos publicados em periódicos que estão na Scielo – Scientific Electronic Library Online. A Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Tal estudo é interessante considerando-se o contexto atual de uma multiplicidade de estratégias diferenciadas de privatização, como depreende-se de pesquisa coordenada por ADRIÃO et al (2012, p.535):

Foram identificadas parcerias entre as esferas públicas e privadas de duas naturezas: as que incidem diretamente sobre a situação de ensino, entendidas como de natureza *direta*, e aquelas que incidem sobre a gestão das redes ou sistemas de ensino, com impacto indireto sobre a organização do trabalho e das práticas pedagógicas na escola, que foram consideradas como *indiretas*.

Segundo as autoras do mesmo artigo, dentro dessas duas naturezas de parceria ainda existem três formas em que vêm se dando no período estudado: a primeira é através da aquisição de material apostilado de instituições com fins lucrativos como: o COC e Positivo. A segunda forma é através da “compra” de vagas nas escolas particulares em programas como Bolsa Creche, por exemplo. Já a terceira forma se trata da assessoria privada para a gestão da educação pública municipal.

Todo esse processo vem trazendo implicações para uma questão central no ensino público: - a autonomia. Um professor que leciona em uma classe pertencente à rede pública, cujo sistema é apostilado, acaba tornando-se um refém dos conteúdos e métodos que o material reúne, além de não considerar as dificuldades dos alunos ou ainda, o meio cultural e/ou social em que a escola está inserida. Essas são problematizações que influenciam diretamente na aprendizagem. O sistema de ensino apenas padroniza os ensinamentos ignorando as particularidades do aluno, da escola e do meio em que a mesma está inserido, de acordo com o que

a sala/escola necessita. O mesmo serve para a gestão. Quando uma empresa privada assume o cargo de administrar uma escola, ela visará o lucro e não o bom funcionamento a fim de alcançar uma educação de qualidade para os inseridos ali.

Quanto à compra de vagas em instituições privadas, estudos apontam que isso já é uma tradição no cenário educacional brasileiro, mas que recentemente isso vem se alterando: anteriormente era comum que as prefeituras fizessem convênios com instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Porém, de uns anos pra cá, passaram a firmar convênios com instituições com fins lucrativos também. De acordo com Adrião e Borghi (2008) esse quadro se fortalece nos anos 90, graças em sua maioria a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e do Fundeb (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), já que o primeiro programa dá prioridade ao ensino fundamental em detrimento a Educação Infantil que resultou na municipalização do ensino e o outro que legaliza a transferência de recursos públicos para o setor privado.

O Programa Bolsa Creche vem se expandindo em municípios paulistas conforme pesquisa coordenada por BORGHI (2012). Pelo Programa, instituições privadas lucrativas recebem recursos públicos para a oferta da educação infantil. Veja abaixo exemplo de Hortolândia:

Os estabelecimentos conveniados recebem um valor *per capita* mensalmente por aluno matriculado e frequente. A subvenção pública é enviada diretamente às escolas, em conta corrente de pessoa jurídica e destinada apenas aos estabelecimentos privados regularizados perante a prefeitura. O referido valor é anualmente decretado pelo poder executivo local e as despesas decorrentes da execução dessa parceria correm por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação do município (DOMICIANO, 2009).

Quanto à privatização da gestão escolar pública de acordo com Carvalho (2010, p.5), ao delegar responsabilidades públicas para organizações privadas (parcerias e filantropia empresarial), semi-públicas (Terceiro Setor) e para a sociedade civil (voluntariado); adota-se um gerenciamento pedagógico e administrativo de contornos cada vez mais individualistas e pragmáticos. O Estado vincula a escola às contingências imediatas e orientadas pela racionalidade do capital. Convertendo à lógica do mercado: o aprendizado fica submisso ao lucro.

De acordo com Haddad, Graciano (2004, p.68):

e a política educacional adotada nos últimos anos no Brasil não logrou melhorar as condições de vida da população mais pobre, reduzindo a concentração de renda, conforme anunciado pelas IFMs, certamente atingiu um outro objetivo desses organismos: criou um mercado extremamente atraente para a iniciativa privada, sobretudo no ensino superior.

Esta pesquisa visa analisar o que se tem estudado da privatização da Educação Básica no Brasil, uma vez que temos presenciado um fortalecimento e diversificação de estratégias privatizantes.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

- Identificar e analisar o que vem sendo estudado e/ou pesquisado sobre privatização da educação básica no Brasil a partir de artigos constantes da base de dados Scielo.

### **Objetivos específicos**

- Identificar o período de maior publicação da temática;
- Identificar os periódicos com maior atuação na temática;
- Identificar as principais temáticas abordadas;
- Identificar metodologias utilizadas para o estudo da temática;

O primeiro capítulo faz uma apresentação e análise quantitativa dos artigos identificados e analisados.

No segundo capítulo é realizada a análise dos artigos, considerando-se as principais temáticas identificadas.

## **1.3 METODOLOGIA**

O trabalho será desenvolvido no viés qualitativo. Inicialmente foram utilizados os descritores: convênio e educação; parceira e educação; bolsas e educação;

charter e educação; voucher e educação; subsídio e educação e privatização e educação, totalizando 101 artigos com os descritores pesquisados. Porém considerando o excessivo número de artigos, estabeleceu-se apenas um descritor: PRIVATIZAÇÃO + EDUCAÇÃO e a partir desses foram encontrados 46 periódicos e desse foram escolhidos inicialmente apenas 11, que se encaixavam mais especificamente na temática, uma vez que os demais tratavam muitas vezes do ensino superior e/ou nas problemáticas de outros países, já que o tema não é um problema recorrente somente no Brasil. Como a proposta do trabalho foi abordar o assunto somente na educação básica e no território brasileiro, após uma leitura e análise mais aprofundada foram eliminados mais 4 artigos, restando apenas 7 para a pesquisa final, temos a baixo um resumo, contendo as principais informações acerca dos artigos selecionados:

- Nome do Periódico;
- Ano de publicação;
- Qualis do Periódico;
- Temática abordada;
- Objetivos do artigo;
- Metodologia de pesquisa utilizada.

## **1- A TEMÁTICA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL – um estudo nos periódicos da Scielo.**

O objetivo da pesquisa realizada consiste em analisar o que vêm sendo estudado sobre a privatização da educação básica no Brasil. O trabalho foi desenvolvido no viés qualitativo e se trata de uma metodologia de análise bibliográfica.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. (Moresi, 2003,p. 10)

Foi feito um estudo bibliográfico através de artigos disponíveis na base de dados da Scielo, – Scientific Eletronic Library Online. A Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Tal estudo é interessante considerando-se o contexto atual de uma multiplicidade de estratégias diferenciadas de privatização. A pesquisa foi realizada com o descritor: PRIVATIZAÇÃO + EDUCAÇÃO. A ideia inicial era utilizar os descritores: convênio e educação; parceira e educação; bolsas e educação; charter e educação; voucher e educação; subsídio e educação e privatização e educação, totalizando 101 artigos com os descritores pesquisados. Porém estabelecemos apenas um dos descritores – privatização + educação, considerando o excessivo número de artigos e a impossibilidade de trabalhar com todos eles no período destinado a elaboração de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

Foram encontrados, a partir do descritor escolhido, 46 periódicos e desse foram escolhidos inicialmente apenas 11, que se encaixavam na temática definida – “privatização da educação básica no Brasil”. Os demais artigos tratavam muitas vezes do ensino superior e/ou nas problemáticas de outros países e, foram desconsiderados. Como a proposta do trabalho foi abordar o assunto somente na educação básica e no território brasileiro, após uma leitura do artigo completo e análise mais aprofundada foram eliminados mais 4 artigos, restando apenas 7 para

a pesquisa final. A seguir apresentamos os resumos dos 7 artigos contendo as principais informações acerca dos artigos selecionados:

#### A ESTRANHA NÃO MORTE DA PRIVATIZAÇÃO NEOLIBERAL NA ESTRATÉGIA 2020 PARA A EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL.

Publicado em 2012 e escrito por Robertson o artigo procura através de uma revisão bibliográfica investigar as prioridades políticas do setor educacional do Banco Mundial e qual o reflexo das mesmas na educação visto que ela é um bem da sociedade e um direito humano, como ele mesmo cita em seu artigo. Inicialmente ele introduz o leitor a questão do neoliberalismo e em seguida toma como questão-chave os dois relatórios para a educação do BM o de 1999 e de 2020. E aponta que há uma transposição de defesa da privatização para a defesa das parcerias publico privadas entre os dois documentos do BM (Estratégias para o setor educacional de 1999 e Estratégias 2020 para a Educação).

#### AS PARCERIAS ENTRE PREFEITURAS PAULISTAS E O SETOR PRIVADO: EXPRESSÃO DE SIMBIOSE?

O artigo também publicado em 2012 e escrito por Theresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro explicitar o resultado de uma pesquisa interinstitucional que teve por objetivo analisar a natureza e as consequências de parcerias firmadas entre os municípios paulistas e o setor privado no que concerne tanto ao ensino infantil quanto o fundamental. O período da pesquisa foi de 1999 a 2006 e identificou que existem 3 tipos principais de parcerias: a primeira foi a compra do sistema apostilado, quando a escola pública compra do setor privado o material didático que será aplicado, como por exemplo as apostilhas do sistema anglo de ensino ou ainda do coc. Outra forma de parceria detectada foi a subvenção de vagas públicas em escolas particulares, no caso de haver falta de vagas em creches: ao invés do governo construir novos prédios públicos ele paga instituições privadas para receberem o aluno que não tem sua vaga garantida sem que a família precise arcar com os custos. O terceiro tipo que os autores puderam identificar foi a assessoria da iniciativa privada na gestão da escola pública. Após isso, a partir de uma análise, pode-se perceber que essa é uma tendência em alta que caminha para a privatização da educação.

## AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AS ONG'S DA EDUCAÇÃO

Publicado em 2001, escrito por Anna Cynthia Oliveira, o artigo busca através de uma revisão bibliográfica e uma resenha de ideias e conceitos explicar para os leitores alguns termos de um tempo pra cá vem aparecendo indiscriminadamente na atualidade, como por exemplo: ONG'S, sociedade civil e busca apresentar a trajetória das ONG'S no Brasil, além de discutir os papéis que elas exercem nos processos de democratização e privatização da educação. O artigo toma como referência dois outros trabalhos: o de Haddad (1999) e de Oliveira (1999) e conclui que diante do cenário atual as OGN'S tomaram para si um papel de suma importância, estando presente em diversos âmbitos e com diversas "índoles", porém é necessário que se tome cuidado para que elas não preencham o lugar do Estado, assumindo a responsabilidade que deveria ser dos setores públicos.

## O DESENVOLVIMENTO MEANDROSO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE O ESTADO E O MERCADO

Nesse artigo de Luiz Antônio Cunha e publicado em 2007 buscou questionar através de uma revisão bibliográfica a ideia da privatização da educação brasileira como sendo um processo generalizado e consecutivo, para sustentar seu argumento ele examina a legislação federal que trata do incentivo às instituições privadas nas quatro últimas décadas, bem como as estatísticas de alunos dos três níveis de ensino: segundo o autor a privatização não compreende uma explicação simples, porque ora o governo incentiva a iniciativa privada, ora o incentiva o setor público. O artigo conclui ainda que esse "caráter meandroso" da educação revela uma crise de hegemonia no Estado republicado e de outro uma melhoria na qualidade da educação brasileira assim como uma definição entre o que é público e o que é privado.

## O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: AVANÇOS, PERPLEXIDADES E TENDÊNCIAS

A autora Lisete Regina Gomes Arelaro busca por meio desse artigo diagnosticar de forma breve qual é a situação do ensino fundamental no Brasil, no que concerne a diversas temáticas, entre elas a sistemática de financiamento adotada para essa faixa etária de ensino para isso ela utiliza a revisão bibliográfica e publicação do mesmo data de 2005. De acordo com o texto a emenda constitucional

n. 19 é a primeira que propõe e autoriza que parte das funções tradicionais do Estado sejam repassados para o setor privado, sob a forma de parceria ou gerenciamento terceirizado.

Também explicita tendências para os próximos anos, principalmente na área da gestão educacional em relação à privatização dos sistemas de ensino e por fim faz uma relação com a produção acadêmica no campo do ensino fundamental brasileiro.

## O LEGADO EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR

O texto publicado em 2008 e escrito por Demerval Saviani procura através de uma revisão bibliográfica e de análise de dados retomar a discussão da política educacional no período da ditadura militar, sobressaindo o que ainda hoje se faz presente na educação brasileira. Ele coloca que uma das maiores heranças deixada pelos militares é a vinculação da educação ao mercado de trabalho, que obriga o ensino a se vincular aos interesses do mercado. Além disso, o favorecimento a privatização, que se deu após inúmeros incentivos por parte do governo a iniciativa privada e um modelo de pós graduação com estrutura americana e da experiência universitária europeia.

## UMA MODALIDADE PECULIAR DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A AQUISIÇÃO DE “SISTEMAS DE ENSINO” POR MUNICÍPIOS PAULISTAS

As autoras Theresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi, Lisete Arelaro buscam a partir de um estudo de caso, analisar os dados levantados através da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privada no Estado de São Paulo”. O artigo publicado em 2009 estuda a tendência da parceria, com contratos, entre o setor público e o setor privado da educação, neste caso considera-se a compra de sistemas apostilados. Os resultados confirmam a hipótese da dependência cada vez maior do setor público junto ao setor privado.

Após apresentar os resumos dos artigos iremos agora apresentar quadros contendo informações acerca dos periódicos encontrados:

Em relação aos periódicos com seus respectivos autores temos:

Quadro 1 – Periódicos estudados e seus respectivos autores

Título do periódico	Autor do periódico
As parcerias entre prefeitura paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	Therese Adrião Teise Garcia Raquel Borghi Lisete Arelaro
A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial	Susan L. Robertson
O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado	Luis Antônio Cunha
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências	Lisete Regina Gomes Arelaro
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	Theresa Adrião Teise Garcia Raquel Borghi Lisete Arelaro
As organizações da sociedade civil e as ongs da educação	Anna Cynthia Oliveira Sérgio Haddad
O legado educacional do regime militar	Demerval Saviani

Os artigos encontrados foram organizados através dos seguintes critérios:

- Título do Periódico;
- Ano de publicação;
- Qualis do Periódico;
- Temática abordada;
- Objetivos do artigo;
- Metodologia de pesquisa utilizada.

Em relação ao número de artigos e QUALIS em cada periódico temos:

Quadro 2 – Título dos periódicos e relação do Qualis

Título do periódico	Número de artigos	QUALIS
Revista Brasileira de Educação	01	A1
Cadernos CEDES	01	A2
Cadernos de Pesquisa	01	A1
Educação & Sociedade	04	A1

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) estabelece o QUALIS de um periódico, que de acordo com o site oficial é um conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, a classificação mais baixa é a C, em seguida a B5; B4;B3;B2;B1;A2 e finalmente a mais elevada é a A1. Dos 7 artigos analisados 5 deles possuem QUALIS A1.

A revista com maior número de publicações é a Educação&Sociedade que possui a classificação mais alta de QUALIS A1. De acordo com a página da entidade a revista Educação & Sociedade é uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e é um dos mais importantes periódicos editados hoje na área da Educação no país. Publicada desde 1978, a revista tem periodicidade trimestral.

Em relação ao ano de publicação temos:

Quadro 3 – Ano de publicação:

Título do periódico	Ano de publicação
As parcerias entre prefeitura paulistas e o	2012

setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	
A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial	2012
O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado	2007
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências	2005
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	2009
As organizações da sociedade civil e as ongs da educação	2001
O legado educacional do regime militar	2008

Os artigos predominantemente têm suas datas de publicações recentes, a mais antiga é de 2001 em “As Organizações da sociedade civil e as ONG’S da educação” , em seguida temos “ O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências” publicado no ano de 2005. Em 2007 temos “O desenvolvimento meandroso do Educação Brasileira: entre o Estado e o Mercado”, no ano de 2009 temos “ Uma modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: a aquisição de “ sistemas de ensino” por Municípios Paulista” e no ano de 20012 encontra-se a maioria dos artigos totalizando duas publicações “A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial” e “As parcerias entre prefeitura paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?”. As datas recentes de publicações dos artigos se dão devido ao fato de a tendência à privatização ser um tema atual bem como seu estudo dentro do campo da educação.

O quadro abaixo descreve a metodologia utilizada em cada um dos sete artigos estudados nesse trabalho, foram identificadas dois tipos de metodologias: a Revisão bibliográfica que foi a mais comumente abordada sendo identificada em 5 artigos e o mapeamento e Estudo de Caso que foi utilizado em 2 artigos.

Quadro 4 – Metodologia dos artigos encontrados

ARTIGOS	METODOLOGIA UTILIZADA
A estranha não morte do Neoliberalismo	Revisão bibliográfica
As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	Mapeamento e Estudo de caso
As organizações da sociedade civil e as ONG'S da educação	Revisão bibliográfica
O desenvolvimento meandroso da educação brasileira: entre o mercado e o estado	Revisão bibliográfica
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.	Revisão bibliográfica
O legado educacional do regime militar	Revisão bibliográfica
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	Mapeamento e Estudo de caso

Em relação à temática abordada pelos artigos temos:

Quadro 5 – Temática dos artigos:

ARTIGOS	TEMÁTICA
A estranha não morte do Neoliberalismo	O artigo explicita questões acerca do Neoliberalismo e qual a influência das mesmas na educação especialmente no que concerne a educação
As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	Refere-se a um mapeamento sobre as parcerias firmadas entre o setor público e o setor privado no estado de São Paulo
As organizações da sociedade civil e as ONG'S da educação	O artigo debate as características das ONG'S no Brasil e qual a importância

	delas na educação
O desenvolvimento meandroso da educação brasileira: entre o mercado e o estado	Esse artigo aponta o constante “embate” entre setor público e setor privado dentro do âmbito educacional
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.	O artigo aborda qual é a atual situação do ensino fundamental no Brasil.
O legado educacional do regime militar	O artigo aponta as principais heranças deixadas pelo regime militar na educação brasileira
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	O artigo trata da adoção de sistemas apostilados em municípios paulistas. Aponta para a tendência de crescimento deste tipo de parceria no período de 1990 a 2007

As principais temáticas tratadas pelos artigos dizem respeito às estratégias de privatização empregadas pelo governo, bem como suas justificativas para as mesmas. A questão do Neoliberalismo e das orientações de privatização advindas de organismos internacionais como o Banco Mundial também é recorrente. Além disso, é também abordada a temática da educação tratada como mercadoria e as questões históricas como a herança deixada pelo Regime Militar que refletem até os dias de hoje na Educação e em sua organização.

Por fim o último quadro diz respeito aos objetivos que os autores traçaram para as pesquisas.

Quadro 6 – Objetivo dos artigos

ARTIGOS	OBJETIVOS DO ARTIGO
A estranha não morte do neoliberalismo	Investigar a “estranha não morte do neoliberalismo” entre as prioridades das políticas do setor educacional do BM e suas implicações para a educação enquanto um bem da sociedade e um direito humano.
As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	Analisar a natureza e as consequências de parcerias firmadas entre os municípios paulistas e o setor privado no que concerne tanto ao ensino infantil quanto o fundamental
As organizações da sociedade civil e as ONG’S da educação	Apresentar a trajetória política das ONG’S brasileiras dentro do cenário

	mais amplo da sociedade civil organizada.
O desenvolvimento meandroso da educação brasileira: entre o mercado e o estado	Questionar a ideia da privatização da educação brasileira como sendo um processo generalizado e consecutivo
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.	Diagnosticar de forma breve qual é a situação do ensino fundamental no Brasil
O legado educacional do regime militar	Retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira .
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	Tratar da tendência de crescimento da parceria, pela via de contratos, entre municípios paulistas e empresas privadas da área educacional para a aquisição de “sistemas apostilados de ensino”

## 2- PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O presente capítulo trata a Privatização explicitando o que os artigos lidos trouxeram a respeito dela. As temáticas foram organizadas da seguinte maneira: inicialmente trata-se das estratégias de privatização que vem sendo implementadas na educação básica, em seguida a questão da Educação tratada como mercadoria. Posteriormente o Neoliberalismo e a justificativas para a privatização e por fim as consequências que todo o processo acarreta para a educação.

Diante do tema tratado, a Privatização da Educação Básica no Brasil, 3 artigos identificam e discutem algumas das estratégias de privatização utilizadas pelo governo: As parcerias entre Prefeituras Paulistas e o Setor Privado na Política Educacional: expressão de simbiose? (Adrião, T. et al.) ; Uma modalidade Peculiar de Privatização: a aquisição de “Sistemas de Ensino” por Municípios Paulistas (Adrião T. et al) e As Organizações da Sociedade Civil (Oliveira, Haddad). Depreende-se de pesquisa coordenada por ADRIÃO et al que:

Foram identificadas parcerias entre as esferas públicas e privadas de duas naturezas: as que incidem diretamente sobre a situação de ensino, entendidas como de natureza *direta*, e aquelas que incidem sobre a gestão das redes ou sistemas de ensino, com impacto indireto sobre a organização do trabalho e das práticas pedagógicas na escola, que foram consideradas como *indiretas*. (Adrião et al, 2012, p . 535).

Segundo as mesmas autoras, dentro dessas duas naturezas de parceria ainda existem três formas em que se dá esse processo: A subvenção pública a vagas em estabelecimentos privados, em que as prefeituras por meio de convênios de distintos formatos, repassam recursos para instituições privadas. Os repassem se dão tanto para instituições privadas sem fins lucrativos, como para instituições privadas com fins lucrativos. A segunda forma se dá através de assessoria privada para gestão educacional que é entendida como a modalidade pela qual a administração pública firma convênios ou contratos com instituições privadas, tendo por objetivo: a elaboração de orientações gerais para o funcionamento da rede escolar (Plano Municipal de Educação; estatuto do magistério; alternativas de planejamento e avaliação das escolas, entre outras); a formação de gestores das escolas e de técnicos da administração municipal; a definição de estratégias e diretrizes educacionais. E a terceira forma é aquisição de “sistema” privado de

ensino que refere-se a uma forma de parceria na qual o poder público adquire os chamados “sistemas de ensino”. Durante a pesquisa de acordo com Adrião et al.(2012) constatou-se, até mesmo, a criação de órgãos específicos – alguns com tamanho e complexidade semelhantes ao de uma Secretaria de Educação – com o objetivo de vender às prefeituras municipais uma variedade de produtos, de maneira a atender todas as etapas de escolaridade que estejam sob a responsabilidade do município-cliente.

Além das “estratégias” já citadas anteriormente, um texto trouxe outro tipo de estratégia: o papel que as ONGs exercem diante do cenário de privatização, de acordo com Oliveira e Haddad (2001) a imprensa assimilou o termo “Organizações não governamentais” após uma conferência mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio, que recebeu o nome de ECO-92 e passou a empregar esse termo como sinônimo de entidades sem fins lucrativos. Surgiram no contexto social brasileiro no pós ditadura como reconstrução do tecido social, em prol da educação e da defesa dos direitos humanos. Porém na atual conjuntura brasileira esse tipo de organização vem se configurando como uma válvula de escape para a educação:

[..] verifica-se, no âmbito da sociedade civil, que certas entidades vão ganhando relevância no campo da educação. São entidades filantrópicas ou de caráter assistencial, chamadas a colaborar com o Estado, deslocando parte da responsabilidade pelo sistema escolar do plano das políticas universais públicas para o plano das políticas compensatórias. (Oliveira, Haddad, 2001, p. 79).

Uma outra temática recorrente nos artigos analisados é a discussão da educação enquanto mercadoria. Os artigos apontam para o fato de que a educação vista como mercado e não como um direito de todo e qualquer cidadão, acaba por prejudicar a qualidade do ensino oferecido, já que o lucro passa a ser mais importante do que o que é ensinado. O artigo “O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado” discute esse processo da privatização da educação. O autor questiona a imagem da privatização como sendo um processo generalizado e consecutivo e expõe que para ele este processo é cheio de meandros, em que ora o governo incentiva o setor público ora o setor privado, deixando a educação a mercê do que for mais eficiente para gerar lucros e benefícios.

[..]o caráter meandroso do desenvolvimento da educação brasileira expressa, de um lado, uma crise de hegemonia no que concerne à natureza do Estado republicano e, de outro, o travamento de uma qualidade que não só a educação, mas toda a sociedade brasileira carece, qual seja, a da clareza na distinção entre o público e o privado, hoje confundidos em tantos e tão importantes domínios. (Cunha, 2007, p.828)

Em “As parcerias entre Prefeituras Paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?” as autoras destacam a preocupação com a submissão da educação pública aos anseios do mercado:

No Brasil, mais especificamente em São Paulo, essa presença, ao condicionar as opções de políticas educacionais, tal como apresentado neste artigo, caracteriza o que denominamos de simbiose entre as esferas pública e privada. O termo, emprestado das ciências biológicas, objetiva destacar as tendências de alterações decorrentes de mecanismos adaptativos observados no interior do setor privado, principalmente no campo da educação pública, tendo em vista a subordinação da política educacional aos serviços e produtos oferecidos pelos parceiros privados, atendendo aos seus interesses comerciais. (Adrião T. et al, 2012, p. 547)

Em “Uma modalidade peculiar de privatização da Educação Básica no Brasil a aquisição de “sistemas de ensino” por Municípios Paulistas” as autoras demonstram a preocupação da submissão do direito à qualidade do ensino a lógica do lucro

[...]se tratando do direito a um ensino de qualidade para todos na educação básica, assegurado pela legislação e fruto de pressão e reivindicação histórica de inúmeras entidades científicas, sindicais e populares, parece-nos temerário delegar a consecução deste direito a empresas privadas, cujo objetivo primeiro é o *lucro*. (Adrião T. et al, 2009, p. 809).

Outra temática constantemente presente nos artigos é o das justificativas e fatores de indução do avanço dos processos de privatização. Em “A estranha não morte da privatização Neoliberal na Estratégia 2020 para a Educação do Banco Mundial” Robertson (2012) discute dois documentos do Banco Mundial elaborados a fim de orientar os investimentos a longo prazo no setor educacional. O primeiro foi *Estratégias para o setor educacional de 1999* e o segundo *Estratégias 2020 para a Educação*, pautadas em ações que visam limitar a regulação estatal e incentivar o setor privado:

O relatório então passa a legitimar a adoção de um papel maior para o setor privado, expondo uma série de justificativas alinhadas com o mandato do BM, supostamente de caráter pró-redução da pobreza.

Por exemplo: um setor privado maior estenderia oportunidades educacionais para estudantes mais pobres; financiamento privado expandiria o número de vagas disponíveis – especialmente nos níveis secundário e terciário –; os recursos públicos ficariam então liberados para os mais pobres; famílias passariam a ter escolhas além do setor público; o setor privado seria mais eficiente do que o setor público, enquanto a qualidade seria mantida a um custo unitário mais baixo; o setor privado aumentaria o potencial de inovação (World Bank, apud ROBERTSON, 2012, p. 289).

De acordo com o artigo esses documentos surgem com um arsenal mais amplo de estratégias para investimento no setor educacional. Nascem assim as PPPs – Parcerias Público Privadas:

São uma pequena rede de empresários das políticas e especialistas em educação localizados nos interstícios de uma seleta gama de organizações internacionais, empresas internacionais de consultoria educacional e universidades globalizadas que têm sido responsáveis por promover a ideia das PPPs (Verger, 2012 apud Robertson, 2012, p. 291).

Além disso, para a autora as PPPs têm sido perfeitas para a educação funcionar na forma que o Banco Mundial orienta:

[...] o governo guia as políticas e providencia financiamento, enquanto o setor privado fornece os serviços educacionais aos estudantes. Particularmente, os governos contratam provedores privados para proporcionar um serviço específico em quantidade e qualidade estabelecidas, a um preço combinado, por um período específico de tempo. Esses contratos envolvem recompensas e sanções das quais o setor privado compartilha o risco financeiro na entrega de serviços públicos.

Outra justificativa/fator de indução para o avanço dos processos de privatização apontada em alguns artigos é a criação dos fundos – FUNDEF e FUNDEB. O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) foi instituído pela Emenda Constitucional n.14 de Setembro de 1996 e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997 de acordo com o site oficial do MEC, (BRASIL, 2015). O FUNDEF passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1998 e previa a disponibilização de um valor mínimo per capita para cada aluno que se inscrevesse nas redes municipais e estaduais.

Inspirado na orientação dos organismos internacionais de priorização do ensino fundamental, o FUNDEF, apesar de prometer desenvolver o ensino fundamental e valorizar o magistério, praticamente não trouxe recursos novos para o sistema educacional brasileiro como

um todo, pois apenas redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados à MDE antes da criação do Fundo, com base no número de matrículas no ensino fundamental regular das redes de ensino estadual e municipal (DAVIS, 2006, p. 756).

Segundo as autoras em “As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?” o FUNDEF contribui para a municipalização da Educação Básica que foi um dos fatores indutores da privatização:

Do cenário político nacional para as proposições no âmbito do estado de São Paulo, verifica-se também, como fator a estimular as parcerias, o processo de municipalização do ensino fundamental e a implantação do Fundef, que levou a uma ampliação das responsabilidades municipais em um cenário, muitas vezes, de precariedade técnica, administrativa e financeira. (Adrião, T. et al, 2012, p. 545).

Além do FUNDEF os artigos também citam o FUNDEB como possível indutor da privatização da educação básica. Segundo Davis, o FUNDEB (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), após passar por inúmeras modificações foi aprovado em Dezembro de 2007.

Previsto para durar 14 anos, o FUNDEB pretende, na visão de seus proponentes e defensores, corrigir as falhas que apontaram no FUNDEF, como a exclusão da educação infantil, EJA e ensino médio e de seus profissionais e a irrisória complementação federal. Embora o FUNDEB tenha sido apresentado pelo governo como a grande solução para os males da educação, é preciso cautela com este discurso salvacionista, sobretudo em época eleitoral. Afinal, se o FUNDEB fosse tão importante para o governo, ele teria encaminhado a sua PEC em 2003, quando teve força política e pressa inclusive para aprovar a reforma da previdência pública, não em junho de 2005, quando ficou acuado com o escândalo do “mensalão”. Por isso, é provável que o governo tenha proposto o FUNDEB em 2005, não porque estivesse seriamente preocupado em “revolucionar” a educação, mas porque quisesse apenas melhorar sua imagem desgastada e recuperar a iniciativa política. (Davis, 2006, p.760).

De acordo com Oliveira e Borghi (2013) no texto “Arranjos institucionais entre o poder público municipal e instituições privadas para oferta de vagas na educação infantil” o FUNDEB possibilitou a contabilização de matrículas e o repasse de recursos do Fundo para instituições privadas de educação infantil, podendo induzir o avanço da privatização desta etapa de ensino.

No artigo “O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências” a autora aborda a questão da privatização, apontando para uma reorganização legal que possibilita e induz o avanço dos atuais processos de privatização, citando as Emendas Constitucionais 19 e 20 e a Lei de Responsabilidade Fiscal:

A Emenda Constitucional n. 19 é o primeiro ato legal no qual aparece, de forma explícita, a nova concepção de Estado e onde se reconceitua “interesse público”, uma vez que ela propõe e autoriza que parte das funções tradicionais do Estado sejam repassados aos privados, sob a forma de parceria ou gerenciamento terceirizado. Por essa emenda, as atividades públicas na área da saúde e na educação, por exemplo, podem ser privatizadas uma vez que o novo conceito de “interesse público” abdica do conceito “atividade estatal”. Ou seja, de ora em diante, interesse público não é mais sinônimo de “estatal”, pois nem tudo que é de interesse público necessariamente precisa estar sob a responsabilidade do Estado. (Arelaro, 2005, p.1053)

Ainda de acordo com a autora:

Complementando essa legislação, em 2000 é aprovada a lei chamada de “Responsabilidade Fiscal” (Lei Complementar n. 101/2000), que completa o arcabouço legislativo, “congelando” o aparelho de Estado, e impedindo, na prática, a sua expansão, ao fixar em 60% o percentual máximo para gastos com pessoal – ainda que a mesma lei não estabeleça limites para pagamentos de dívidas –; medida essa que, para um país como o Brasil, carente de políticas sociais, impede que o Estado continue atuando com prioridade na implementação e expansão dos direitos sociais. (Arelaro, 2005, p.1054).

O artigo “O Legado Educacional do Regime Militar” expõe a problemática de que todo esse quadro, acima levantado, de privatização da educação brasileira esta presente desde antes mesmo do golpe militar. Mas, foi durante o regime que ele se aprofundou e se consolidou sobre a estrutura de organização da educação do país, através de incentivos advindos do governo e regulamentos pela Constituição.

[..] a Constituição de 1967 sinalizou claramente na direção do apoio à iniciativa privada, ao estipular, no §2º do artigo 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”, dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (§2º do artigo 176).( Saviani, 2008, p.299).

Ainda de acordo com Saviani:

Além da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, a Carta Magna do regime militar relativizou o princípio da gratuidade do

ensino, presente em todas as nossas cartas constitucionais, desde a primeira outorgada por Dom Pedro I, em 1824. No artigo 168, §3º, inciso III da Carta de 1967, está escrito: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. Esse enunciado foi reforçado na Emenda de 1969: “o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” (artigo 176, §3º, inciso IV). Como se vê, o que em 1967 era previsto apenas como uma possibilidade e circunscrito ao ensino superior, em 1969 se converte numa determinação incondicionada, estendida também ao ensino médio. (Saviani, D, 2008, p. 299).

Portanto, vê-se que a privatização é uma característica presente historicamente no País. Na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, consta que:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

Na Constituição Federal de 1988 a iniciativa privada é livre dentro do campo educacional:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

As implicações dos processos de privatização para a educação básica também é tema tratado nos artigos em análise. Diversos artigos já citados anteriormente trouxeram a preocupação da Educação submissa ao mercado, uma vez que a qualidade é deixada de lado para o lucro ser o protagonista. Além disso, de acordo com Adrião et al. (2012) o setor privado é visto como o portador da capacidade de proporcionar a população um ensino de qualidade, logrando ao setor público uma precarização cada vez maior.

As empresas privadas lucrativas não oferecem apenas materiais didáticos ou formação docente, mas atuam também sobre a política educacional no que diz respeito à organização do ensino local. O poder público, por sua vez, delega parcela de suas responsabilidades específicas para com a educação, muitas vezes recém assumidas, para a iniciativa privada, por se sentir “incompetente” para atingir as metas oficiais nacionais ou internacionais – da OCDE, do Ideb, do Idesp ou do teste Pisa – que estes próprios setores propuseram ou estimularam. (Adrião, T. et al, 2012, p. 546).

Em “Uma modalidade peculiar de privatização da Educação Pública: a “aquisição de “sistemas de ensino” por Municípios Paulistas” as autoras abordam as implicações das parcerias para compra de sistemas apostilados na padronização da educação”. Acerca disso as autoras apontam que:

A padronização, tendo em vista a qualidade, é justificada pelo gestor quando este reconhece, ou afirma assim ser, a incapacidade do município promover ações com vistas a qualificar o ensino e pressupõe a adoção de um único referencial pedagógico capaz de prever condutas, prescrever atividades e propor tempos unificados para o trato com o conteúdo. Neste caso, a recorrência ao sucesso do setor privado em atingir suas metas é o recurso apresentado. Não há menções às desigualdades sociais, culturais e econômicas existentes e às diferenças inevitáveis entre as escolas e seus atores: é a supervalorização dos meios, alienados de fins desejados. Estamos de volta ao tecnicismo dos anos de 1970, com a diferença de agora os meios mais eficazes e eficientes virem adjetivados: precisam ser privados. (Adrião, T. et al, 2009, p. 812).

Por fim, apontam ainda que:

A busca de padronização da qualidade, ainda, desconsidera, por meio de ingerência externa, as especificidades existentes nas unidades de ensino, em uma tentativa de padronização do que sabidamente é diverso (Arroyo, 2004, 2000), inibindo a autonomia de profissionais na gestão da educação e na unidade escolar, cujas

consequências para a tarefa educativa estão por ser analisadas. (Adrião, T. et al, 2009, p. 812).

Temos então que as principais temáticas abordadas nos artigos em análise destacam as novas estratégias de privatização que vem sendo efetivadas no país; as justificativas e fatores de indução para o avanço deste processo; a característica histórica da relação público privado no Brasil e, por fim, as implicações deste processo para a educação básica no Brasil.

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após desenvolver o trabalho, dentro dos objetivos propostos, no capítulo um foi constatado que a maioria das publicações tem sua data recente, confirmando a afirmativa de que o estudo da temática é atual. Além disso, percebeu-se que a metodologia dos artigos em sua maioria foram a da revisão bibliográfica e que a revista com maior número de publicações sobre o tema é Educação & Sociedade.

No capítulo dois vê-se que as principais temáticas tratadas por periódicos da Scielo sobre o tema da privatização da educação básica no Brasil dizem respeito às estratégias que o governo adota para privatizar a educação pública. As identificadas através dos artigos analisados foram: a subvenção pública a vagas em estabelecimentos privados, a assessoria privada para gestão educacional e compra de “sistemas apostilados” de ensino. Também foi abordada a questão do papel das ONG’S diante do cenário da privatização que aparecem como uma válvula de escape para a educação. As demais temáticas dizem respeito ao Neoliberalismo e as Estratégias de Privatização advinda de organismos internacionais como o Banco Mundial que vêm como justificativa para todo o processo. Além disso, foram abordados ainda os aspectos históricos trazendo as heranças deixadas pelo Regime Militar dentro do campo da educação.

Novos estudos devem ser realizados a cerca da privatização da Educação Básica no Brasil, tratando quais são as razões que a impulsionam e quais suas implicações para a aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. Educação e Sociedade, Campinas, vol.30,108, n. p.799-818,out.2009.
- ADRIÃO, T et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. Educação e sociedade, Campinas, vol.33, n. 119, p. 533-549, abr-jun.2012.
- ADRIÃO, T.; BORGHI, R.Organização do trabalho escolar e exclusão educacional: caminhos, desafios e possibilidades. In: CORREA, B.; GARCIA, T. (Org.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. 1ed.São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 81-96
- ARELARO, L. O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. Educação e sociedade, Campinas, vol.26, n.92, p. 1039-1066,Out. 2005
- BRASIL. Ministério da Educação. O que é Fundef. Departamento de Financiamento da Educação Básica. Disponível:<<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>>. Distrito Federal. Acesso em: 1 mar.2015
- BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº20, de 15-12-1998. Disponível:<  
<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoFederal.pdf>>Acesso em: 30 set. 2015
- BORGHI, R; OLIVEIRA, J. Oferta de vagas na educação infantil: as parcerias/convênios com instituições privadas com fins lucrativos. 2013, Disponível:<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JaquelinesdosSantosOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2015
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1982.
- CARVALHO, E. Autonomia da gestão escolar: uma relação entre a política de democratização e de privatização da educação. 2010, Disponível em :< <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/3SF/AUTONOMIA%20DA%20GESTAO%20ESCOLAR.pdf>> . Acesso em: 15 fev. 2015
- CUNHA, L. O desenvolvimento meandroso do educação entre o Estado e o Mercado. Educação e sociedade, Campinas, vol.28, n.100, p.809-829, out.2007.
- DAVIS, N. FUNDEB: A redenção da educação básica?.Educação e sociedade. Campinas.Vol.27, n.96, p. 753-774, out 2006.

DOMICIANO, C. A educação infantil via programa Bolsa Creche: o caso do município de Hortolândia. Educação em Revista. Belo horizonte. Vol.27,n.3.Dez 2011.

FREITAS, L. Qualidade negociada: avaliação e contra regulação na escola pública. Educação e sociedade, Campinas, vol.26, n.92, p. 911-933, out 2005.

HADDAD, S; Graciano, M. Educação: direito universal ou mercado em expansão. São Paulo em perspectiva. São Paulo, vol.18, n.3, jun/set.2004.

MILITÃO, S. FUNDEF: mais do mesmo?. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 18, n. 19, p. 124-135, jan./abr. 2011

MORESI, E. Metodologia da Pesquisa. Disponível em:< <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso: 25 Ago. 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação CAPES. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2015

OLIVEIRA A; Haddad S. As organizações da sociedade civil e as ongs da educação. Cadernos de Pesquisa. N° 112, p. 61-83, mar.2001.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a Educação Básica do Banco Mundial. Revista Brasileira de Educação. V. 17, N.50, maio/ago.2012.

SAVIANI, D. O legado educacional do Regime Militar. Caderno Cedes, Campinas, vol.28,n. 76, p.291-312, set/dez. 2008

SOUZA, D; FARIA, L. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. Avaliação política pública Educacional, v.12,n.45,p.925-944, out/dez.2004.

TEDESCO, J. Alguns aspectos da privatização na América Latina. Estudos Avançados, São Paulo, vol.5, n.12,p.23 – 44, May/Ago. 1991